

Como nasce o novo: estudos sobre relações raciais no Brasil contemporâneo

How the new is born: studies on race relations in contemporary Brazil

Marcio Farias

Pontifícia Universidade Católica, Departamento de Psicologia Social, São Paulo, SP, Brasil.

e-mail: t_mfarias@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-3942-9862>

A professora e pesquisadora Cristiane Luiza Sabino de Souza é um dos nomes de destaque de uma nova geração de intelectuais do campo do Serviço Social que tem dado efetivas contribuições tanto para a área, como também ao marxismo brasileiro. Seu livro *Racismo e Luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente* (2020) é um marco decisivo numa agenda contemporânea dos estudos marxistas. Com seu novo texto *A disputa em torno do debate racial no Brasil: teoria e método para o avanço da teoria crítica* a autora qualifica uma agenda em que o tema de raça e gênero são aprendidos a partir de categorias da economia política e da sociologia crítica, mas sem subsumi-los a generalizações vagas e abstratas. Vamos ao mérito.

O texto *A disputa em torno do debate racial no Brasil: teoria e método para o avanço da teoria crítica* (Souza, 2024) parte da seguinte argumentação: o pensamento sobre relações raciais no Brasil contemporâneo se apresenta, segundo a autora, diante da encruzilhada entre ser conivente com a ordem estabelecida ou se a ver com as condições sociais existentes com fins de uma luta pela efetiva emancipação da população negra. Sua tese é de que o pensamento antirracista da ordem anda em círculos, na medida em que o racismo substantiva a particularidade do capitalismo brasileiro e toda a ação dentro da ordem é paliativa ou resulta em mais capitalismo, ainda que um pouco mais colorido e diverso. Uma outra premissa menor compõe essa tese: em termos históricos, a autora indica a origem colonial escravista da sociedade brasileira e, em termos teórico, uma apreensão detida da formação social brasileira desloca inevitavelmente o tema do racismo ao confronto com o capitalismo, pares indissociáveis segundo Cristiane. O método marxista sustenta sua argumentação.

Pois bem, para qualificar a sua tese, a autora expõe o tema e o divide analiticamente em duas partes. Na primeira, apreende o pensamento contemporâneo em categorias e os analisa. Dessa síntese interpretativa destaca que, em linhas gerais, o pensamento sobre relações raciais no Brasil contemporâneo tem três grandes perspectivas: liberal, culturalista/afrocentrada e a perspectiva crítica, onde ela se situa.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2024. Acesso Aberto. Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Os liberais progressistas têm conseguido colocar o debate sobre o racismo na esfera pública, mas a falta de radicalidade da sua postura impõe um circuito fechado para o conjunto da população negra que vivencia a díade negro drama ou empoderamento, o primeiro como tragédia e o segundo como farsa. Os afrocentrados captam o sentido da história em relação ao racismo, mas a falta de uma síntese que forja uma tática e estratégia mais consequente os facultam a condição de guardiões da memória e de fiscais do racismo, em pautas que, segundo a autora, flertam com o moralismo. Aos marxistas caberia o projeto. E neste ponto, a autora indica horizontes teóricos possíveis diante do estado da arte das relações raciais no Brasil contemporâneo. Com essas indicações, adentra a segunda parte do seu texto, em que expõe a teoria e método crítico.

Assim, Cristiane Sabino assinala as contribuições marxistas latino-americanas e caribenhas para o tema em questão. Deste modo, no primeiro momento, propõe a recuperação de um pensamento crítico original oriundo dessas regiões que tiveram contribuições decisivas para o devido entendimento de temas como o escravismo colonial, a dialética entre subdesenvolvimento e dependência, as formas específicas de como opera na região as leis gerais do valor e, conseqüentemente, a superexploração da força do trabalho, bem como a característica particular do capitalismo caribenho e latino-americano. Em que pese a total concordância com essa análise da autora, o desafio dessa articulação proposta por ela entre a recuperação dos clássicos do pensamento social latino-americano e caribenho se dá na medida em que a própria leitura desses clássicos deve se dar criticamente, inclusive sobre o tema do racismo. A própria produção teórica de Cristiane Sabino qualifica essa assertiva. Em outros trabalhos a autora, ao recuperar o pensamento da Teoria Marxista da Dependência, o faz criticamente, introduzindo o tema do racismo, inexistente nos trabalhos de Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra e Theotônio dos Santos, evidenciando assim, como algumas categorias dessa escola do pensamento econômico e político, como é o caso da superexploração da força de trabalho, só ganha sentido histórico quando a ideologia do racismo é analiticamente absorvida para a análise desse fenômeno. Em outras palavras, ler o pensamento crítico latino-americano e caribenho como base e referência, mas também criticá-lo em termos de suas fragilidades e renúncias teóricas.

Cristiane elenca ainda outros três pontos em que considera a contribuição marxista fundamental para uma devida compreensão crítica do racismo contemporâneo: a história e a memória da luta da classe trabalhadora brasileira, a questão agrária e a função social da terra como pontos-chaves no enfrentamento ao racismo e a crítica marxista do Estado. Creio que neste momento, suas reflexões ganham originalidade frente ao que se produziu sobre o tema das relações raciais no Brasil contemporâneo, tanto no interior do marxismo, como externamente. Isso porque trata de maneira unitária uma diversidade de esferas da vida social, distinguindo-a em um primeiro momento, mas estabelecendo conexões unitárias entre elas em um segundo momento. Eis o uso do método marxista em sua acepção mais plena. As sínteses de múltiplas determinações são tratadas com relativa independência, mas determinadas em última pela produção material da vida. Cristiane Sabino, nesse sentido, trata o fenômeno do racismo e demonstra sua indissociabilidade do capitalismo diante de uma leitura de totalidade, do complexo dos complexos sociais. Com isso, consegue articular a questão agrária, as lutas históricas de longa duração que se remetem aos quilombos e chegam aos dias contemporâneos com os movimentos sociais que lutam por moradia, terra, por melhores condições de vida e trabalho.

O ponto alto de suas reflexões é indubitavelmente a maneira pela qual articula a relação entre superexploração da força de trabalho, gênero e raça no texto. Ao trazer para o campo da economia política tema que tem sido tratado de maneira tautológica por grande dos estudos de gênero sobre as intersecções ou consubstancialidades, Cristiane Sabino disponibiliza ao debate público uma saída frente ao labirinto neoliberal que forjou uma armadilha identitária para a classe trabalhadora.

Suas conclusões passam, depois de demonstrar a importância do marxismo, por propor a superação, no seio do movimento negro, do pensamento pós-moderno de verve neoliberal, que oculta o processo de superexploração da força de trabalho e que facilita a vida do grande capital em sua sanha de acumulação permanente.

Em tendo pleno acordo com a análise da autora, gostaria apenas de tecer alguns comentários naquilo que considero um desafio para o pensamento crítico proposto por ela se tornar hegemônico entre o movimento negro e os intelectuais antirracistas: o processo histórico de desenvolvimento do marxismo no Brasil. Veja, refiro-me ao processo histórico e não a teoria. Pois, ao não analisarmos a recepção e divulgação do marxismo no Brasil e afirmá-lo como horizonte sem essas mediações, poderemos nos deslocarmos para o campo do vanguardismo sem retaguarda, este sempre moralista.

Quando falo de processo de recepção e divulgação da teoria marxista para o tema raça, estou me referindo ao que chamei em outro momento de renovação conservadora do marxismo no Brasil, cujo Serviço Social, área de origem da autora, é participante. Mas, o que foi a renovação conservadora do marxismo no Brasil? Para responder usarei o exemplo de consolidação do Serviço Social crítico no Brasil, tentando demonstrar como os entraves para um debate qualitativo sobre racismo no interior da área é protótipo exemplar sobre os desafios políticos do pensamento crítico se torna referência nos estudos antirracistas.

Renovação Conservadora do Marxismo no Brasil para o tema das relações raciais.

Frente à complexidade do tema das relações raciais no Brasil contemporâneo, tal como debatido pela professora Cristiane Sabino, emergiu nas últimas décadas um conjunto muito amplo de bibliografia sobre o tema, pelas mais variadas bases teóricas. Nesse diapasão, o Serviço Social tem sido área de amplo debate para se estabelecer um marco crítico sobre relações raciais. Também pudera, desde o processo de reconceituação da profissão¹, quando as assistentes sociais assumem um compromisso com o enfrentamento às desigualdades sociais, tendo o marxismo como base teórica que sustentou o projeto ético político da profissão, a discussão étnico racial esteve, em muitas circunstâncias, submetidas à uma derivação lógica de que o problema era de classe, conseqüentemente, o racismo seria superado conforme as condições da luta de classes pendesse aos condenados da terra.

Esse é um ponto emblemático. De um lado, conforme a consolidação do processo de reconceituação, o Serviço Social cumpriu um papel importante de *salvaguardar* a teoria social marxista no Brasil frente a tentativa de ostracismo imposto pelo neoliberalismo ao longo das décadas 1990 e anos 2000. Neste período, enquanto grande parte das ciências sociais no Brasil caminhava para a negação de interpretações totalizantes, excluindo categorias como classe

¹ Sobre o processo histórico de reconceituação ver Yamamoto (2017).

social, luta de classes, ideologia entre outras, o Serviço Social, por sua vez, amparado por uma prática profissional em políticas públicas, como também em sua atuação junto com os movimentos sociais em defesa dos direitos sociais dos trabalhadores, elaborou e produziu uma teoria amparada nas categorias e discussões mais amplas do marxismo.

A tensão no que diz respeito a apreensão teórica do fenômeno do racismo por parte dos grandes teóricos do Serviço Social esta lastreada na dinâmica do desenvolvimento mais amplo do marxismo no Brasil. E esta sustentação teórica do Serviço Social no marxismo ocorre diante da renovação da teoria social marxista no poraqui. Essa renovação tem, de um lado, o processo de desenvolvimento do marxismo no Brasil e, de um outro lado, o processo de desenvolvimento do marxismo na Europa. O desenvolvimento aqui referido se deu tanto no plano político como no plano teórico.

Em outro momento me dediquei a essa discussão de maneira mais apurada.² Para fins da discussão que pretendo estabelecer neste texto, quero apenas ressaltar que a renovação do marxismo foi um momento importante de revalidação e oxigenação da teoria frente aos desafios históricos ao qual a teoria foi submetida. Diante de uma crise cujo epicentro foi o desvelamento dos crimes de Stalin, o marxismo se renovou, ora retomando os textos marxianos, ora ampliando o léxico categorial, mas também estabelecendo novas empreitadas, como é o caso da relação com a filosofia, com os estudos culturais, com a arte.

No caso brasileiro, o início da renovação do marxismo entre as décadas de 1960 e 1970 permitiu, enfim, aos marxistas um encontro com a realidade do país de uma maneira mais original e complexa. A teoria marxista da dependência, na economia, a crítica literária, os estudos sobre o mundo do trabalho, toda uma filosofia política permitiu, de forma geral e ampliada, um novo estatuto, qualitativamente superior, das elaborações teóricas sobre a nossa luta de classes, sobre a natureza do Estado brasileiro etc. O Serviço Social foi vetor importante para essa nova plataforma do marxismo brasileiro. A reconceituação foi, em verdade, um capítulo da renovação do marxismo.

No entanto, para o tema do racismo e do debate de gênero, a renovação do marxismo foi, em muitas circunstâncias, conservadora, afirmando, a partir de um novo léxico categorial, sentenças que já eram proferidos pelo marxismo histórico e pretensamente superado. Se antes, raça dividia a classe, a partir da renovação do marxismo, a luta não deveria ser pelo enfrentamento ao racismo, mas sim pela emancipação humana.

Essa renovação conservadora do marxismo para o tema das relações raciais não ficou ao largo do Serviço Social. Se de um lado, os estudos no campo do Serviço Social contribuíram para uma qualificação do entendimento da desigualdade social no Brasil (Netto, 2007), da relação dos movimentos sociais com o Estado (Montaño, 2017), e mesmo da discussão do método marxista para os estudos das relações sociais, por outro lado, os principais cânones da área conseguiram debater a questão social sem debater raça, quando muito, adjetivavamos assunto, quando o tema- e o texto da professora Cristiane Sabino evidencia isso- é um substantivo para as relações sociais no Brasil. Em outras palavras, em um país racializado, como é o caso do Brasil, cuja origem da luta de classes se remete ao período colonial e império, momento em que a ideia de raça marcou o início da divisão racial e sexual do trabalho no país, que desdobrou na emergência de um Estado cuja relação com a sociedade civil é de uma hegemonia racial, não discutir raça é não discutir a vivência da classe trabalhadora.

² Ver Farias (2022).

Um dos elementos que compõe a renovação conservadora do marxismo para o tema das relações raciais está no fato de que parte da discussão racial e de gênero ganha visibilidade no debate público sustentado no que se convencionou chamar de teoria pós-moderna. Não tenho condições de me ater a este debate de maneira mais aprofundada. Neste momento, quero apenas assinalar os seguintes pontos.

Primeiro, o sistema capitalista, em cada momento histórico, carrega consigo a conjugação entre a estrutura e a conjuntura. As relações econômicas, sociais, culturais, as formas jurídicas e os demais componentes da tessitura social, ao seu modo, e com relativa independência, estabelecem tensões entre as permanências de longa duração na história, com os novos aspectos que emergem conforme as reorganizações das relações sociais de produção. Nesse sentido, cada conjuntura histórica também carrega em si as suas estruturas sociais e formas de consciência (Mészáros, 2009).

Nestes marcos, quando analisamos as características gerais do capitalismo contemporâneo, que desde do processo iniciado quando da crise dos combustíveis fosseis meados da década de 1970, marco da reestruturação produtiva do capital, pautado na lógica da ampliação do incremento tecnológico na planta produtiva, ampliando a automação com fins de reduzir custos operacionais e ampliar a produtividade, implementação da jornadas flexíveis para os trabalhadores, que também passam a ser submetidos a regime de contratos terceirizados, quarteirizados até o regime contemporâneo de perda de direitos e quase total desregulamentação das relações de trabalho. Temos, em síntese, um quadro geral econômico e social que impactou as condições de vida dos trabalhadores, por conta do impacto dessas mudanças na estrutura das indústrias e na economia como um todo. Nesse sentido, a reestruturação produtiva do capital, com vias de ampliação do lucro, com aumento da eficiência e produtividade, levou, como contraposição, a perda de empregos, mudanças nas qualificações necessárias e desigualdades econômicas ainda mais aguçadas (Antunes, 2006).

Para tanto, em termos de consolidação dessa nova quadra histórica do sistema capitalista, tivemos mudanças no discurso ideológico, promovendo novos consensos, novos padrões discursivos e toda uma ideologia de dominação que se desdobram numa dimensão subjetiva das relações sociais distintas de outros momentos do capitalismo. Frações inteiras da classe trabalhadora, foram convidadas a assumir uma posição de empreendedor de si, marcando uma transição em que o peso da possível solidariedade entre pessoas que ocupavam o mesmo lugar nas relações sociais de produção, da possibilidade de identificação desses sujeitos com trabalhadores de outros setores também explorados pelos seus respectivos patrões, as condições de associação a partir de sindicatos e partidos marcadamente pautados pela lógica do mundo do trabalho, foi substituída pela supervalorização do indivíduo, agora uma pequena empresa ambulante, que não se entende enquanto trabalhador em busca de vender a sua força de trabalho, mas sim um empreendedor, disputando o seu lugar ao sol nesse grande mercado aberto (Laval; Dardot, 2016).

É neste cenário que emerge, de um lado, as novas formas políticas de luta da classe trabalhadora e de outro, o assim chamado pensamento pós-moderno. Ora, não há em si, uma teoria pós-moderna, mas sim, um conjunto amplo e difuso de teorias difundidas quando da reestruturação produtiva do capital. Ou seja, a pós-modernidade é o espírito do tempo do capitalismo contemporâneo. Nestes termos, um outro ponto é de que, contraditoriamente, é neste com texto de capitalismo reestruturado e mundializado que pautas e lutas históricas de

frações da classe trabalhadora ganham força política e passama pautar o debate público. O novo e precário mundo do trabalho é substancialmente racializado e generificado. Soma-se a isso uma conjuntura internacional complexa em que os povos racializados do mundo se insurgiram contra o neocolonialismo na África e na Ásia. No contexto Europeu, a luta era pelo reconhecimento da sua condição de cidadão com direitos, nos EUA pelos direitos civis e depois contra o capitalismo e na América Latina contra o mito do continente mestiço e pela reparação histórica. No entanto, nos centros dinâmicos do capital, em especial nos EUA e na Europa, parte dessa luta foi sustentada teoricamente em bases teóricas entendidas como pós-moderna.

Por isso, coube, em tese, ao marxismo renovado um investimento contra uma produção que mistificava as relações sociais. No entanto, o marxismo renovado respondeu de maneira pós-moderna ao pós-modernismo. Primeiro, porque o fato de que essas frações da classe trabalhadora sustentarem teoricamente suas lutas em teorias pós-modernas não elimina o mérito de seus pleitos. Afinal, o real é o real, síntese de múltiplas determinações. O marxismo renovado juntou o sujeito das reivindicações com seu objeto teórico e deu respostas abstratas e subjetivistas, frente a uma experiência concreta. No caso brasileiro, a resposta do marxismo renovado foi ainda mais conservadora. Os dados sobre a questão social no Brasil anos após ano reiteram o quão racializada é a desigualdade brasileira.

O marxismo renovado e conservador brasileiro, numa agenda simplista, tratou o tema das relações raciais a partir da noção de identitarismo. Assim, se apegou a um aparentado fenômeno e em raríssimas circunstâncias deu a devida atenção ao tema e suas implicações políticas. Nesse sentido, as vítimas de violência do estado, os trabalhadores sem teto, os trabalhadores por aplicativos, e toda a sorte de setores da classe trabalhadora marcadamente racializadas, tiveram, como respostas as suas vivências a própria negação de suas vivências por parte dessa vanguarda intelectual.

No entanto, essa renovação conservadora do marxismo teve também seus pontos de tensão e agora ganha efetivamente uma condição de ser superado por dentro, numa acepção dialética. Tanto no caso do Serviço Social como do marxismo, os escritos de Cristiane Luiza de Souza Sabino são decisivos para que essa renovação do marxismo supere os desvios teóricos incongruentes com a realidade brasileira e, enfim, possa de fato ser referência teórica na luta contra o racismo.

Referências

Antunes, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: 2006.

Farias, M. **O Hércules quasímodo da psicologia sócio-histórica. Ontologia Negativa, Lutas Políticas e Dimensão Subjetiva do Racismo**. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia Social)-Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2022.

Iamamoto, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 13–38, jan. 2017.

Laval, C.; Dardot, P. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre asociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

Mészáros, I. **Estrutura social e forma de consciência I**. São Paulo:Boitempo, 2009.

Montano, C.; Duriguetto, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo:Cortez, 2017.

Netto, J. P. Desigualdade, pobreza e serviço social. **Em Pauta**, Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Ed. Revan, n. 19, p. 135-170, 2007.

Souza, C. L. S. de S. A disputa em torno do debate racial no Brasil: teoria e método para o avanço da perspectiva crítica. **Argumentum**, Vitória, v. 16, n. 2, p. 8-21, maio/ago. 2024.

Souza, C. L. S. de. **Racismo e luta de classes na América Latina**: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Hucitec, 2020.

Márcio FARIAS

Mestre e doutor em Psicologia Social na PUC-SP. Coordenador do Núcleo de Extensão e Rede do Museu AfroBrasil. Professor convidado do Celacc (Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação) Eca/ USP. Membro do colegiado do Instituto Amma Psique e Negritude.

Membro de Comissões de Avaliação de Ações Afirmativas em Concursos Públicos para a Fundação Carlos Chagas.
